REVISTA SAÚDE DOS VALES

ISSN: 2674-8584, 2020 - 02

CONHECIMENTO DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS ACERCA DO USO DE CONTRACEPTIVOS ORAIS

KNOWLEDGE OF UNIVERSITY WOMEN ABOUT THE USE OF ORAL CONTRACEPTIVES

Edilane Pereira Santos,
Faculdade Presidente Antônio Carlos UNIPAC, Brasil.
E-mail:edilanestsfarm@outlook.com

Kátia Rodrigues Benício,
Faculdade Presidente Antônio Carlos UNIPAC, Brasil.
E-mail: katia.benicio15@hotmail.com

Rodrigo de Carvalho Hott ,
Faculdade Presidente Antônio Carlos UNIPAC, Brasil.
E-mail: rrodhott@yahoo.com.br

Lucio Onofri
Faculdade Presidente Antônio Carlos UNIPAC, Brasil
E-mail: lucioonofri@gmail.com

Recebido: 30/10/2020 – Aceito: 27/11/2020

Resumo
Buscou-se por meio do presente trabalho de revisão bibliográfica a análise a respeito do conhecimento das universitárias que se caracterizam por serem usuárias de anticoncepcional oral, observando seu conhecimento a respeito das interações medicamentosas do fármaco escolhido, bem como comparar o conhecimento de mulheres universitárias da área de saúde e de outros cursos sobre interações dos anticoncepcionais orais. Além disso, descreveu-se a importância da orientação farmacêutica a respeito das interações medicamentosas passíveis de ocorrência, considerando seus riscos. Foi possível constatar que o consumo de anticoncepcionais orais é elevado em todo o mundo, sendo que nos estudos realizados no Brasil é observado o alto índice de automedicação com esses produtos, bem como de interações feitas sem a devida orientação por todos os públicos, incluindo estudantes de nível superior da área da saúde e de outras áreas. Essa realidade foi confirmada no referencial pesquisado, indicando a necessidade de se desenvolverem ações no sentido de reverter esse quadro de uso indiscriminado de anticoncepcionais.

Palavras-chave: Anticoncepcionais Orais; Universitárias; Interações Medicamentosas.

Abstract

Through this bibliographic review work, we sought to analyze the knowledge of university students who are characterized by being users of oral contraceptives, observing their knowledge about the drug interactions of the chosen drug, as well as comparing the knowledge of university women from health and other courses on interactions of oral contraceptives. In addition, the importance of pharmaceutical guidance was described regarding drug interactions that may occur, considering their risks. It was possible to verify that the consumption of oral contraceptives is high worldwide, and in studies carried out in Brazil, a high rate of self-medication with these products is observed, as well as interactions made without the proper guidance by all audiences, including students higher education in health and other areas. This reality was confirmed in the researched framework, indicating the need to develop actions to reverse this situation of indiscriminate use of contraceptives.

Keywords: Oral Contraceptives; University Students; Drug Interactions.

1. Introdução

O conhecimento a respeito da correta utilização de anticoncepcionais orais apresenta-se relevante para a obtenção da eficácia dos mesmos e redução dos riscos à saúde, considerando o elevado consumo desses tipos de contraceptivos. Schor et al. (2000) afirmam que no Brasil, mesmo que os métodos predominantemente conhecidos sejam o anticoncepcional oral, o preservativo masculino, a esterilização feminina, o DIU e a abstinência periódica, geralmente a contracepção é limitada à utilização do anticoncepcional oral.

Olsen et al. (2018) indicaram a evolução no uso de contraceptivos orais no Brasil. Segundo os autores, em 1986, 66,2% das mulheres em idade fértil em coabitação com um parceiro usavam algum contraceptivo. Essa taxa foi elevada para 76,7% em 1996 e 80,6% em 2006. Ainda que em pesquisas posteriores tenha sido indicada uma mudança no sentido da utilização de outros contraceptivos, com a maior utilização de preservativos masculinos e da vasectomia, ocorreu também uma elevação da utilização dos anticoncepcionais orais entre as jovens de 15 a 19 anos

unidas e ativas sexualmente, que em 1986 era 47,8% para 66,1% em 2006, sendo que nas jovens que não estavam unidas essa taxa foi de 66,9% no mesmo ano.

Essa utilização possui algumas implicações de importante observação, como o risco da automedicação e das interações com outros medicamentos, com álcool e com o tabaco, observando-se os riscos diversos existentes. Nesse sentido, Wenzel (2003) afirma que as interações podem tanto potencializar (sinergismo) quanto inibir (antagonismo) a ação do medicamento, observando a existência de elevado número de fármacos passíveis de resultarem na redução da eficácia quanto à contracepção.

O uso concomitante de anticoncepcionais orais e cigarro potencializa o risco de infarto agudo do miocárdio, considerando que nas mulheres que fumam e têm idade abaixo de 35 anos o mesmo é dez vezes maior do que nas que não fumam. Observa-se também que a não observação dos fatores de risco, como a hipertensão arterial sistêmica, pode levar a eventos mais graves (CORRÊA et al., 2017).

Brito, Nobre e Vieira (2010) afirmam que o abuso de álcool e cigarros, além do índice de massa corpórea (IMC) superior a 30 kg/m2 são fatores que podem potencializar ou diminuir a ação do contraceptivo oral, trazendo alterações quanto à efetividade e segurança. Verifica-se, no entanto, que o uso de anticoncepcionais orais sem prescrição médica e sem o conhecimento a respeito dos riscos inerentes a essa utilização ocorre em todos os estratos sociais, independentemente da formação, do conhecimento e da faixa etária das usuárias, incluindo as estudantes universitárias da área da saúde, conforme indicado em diversos estudos, como Steckert, Nunes e Alano (2016), Silva, Goulart e Lazarini (2014) e Aquino, Barros e Silva (2010), entre outros. Desse modo, pergunta-se: qual o nível de conhecimento das acadêmicas dos cursos da área da saúde com relação aos riscos inerentes ao uso dos anticoncepcionais orais?

O objetivo geral do trabalho é discutir o conhecimento das mulheres universitárias que fazem uso de anticoncepcional oral como meio contraceptivo e seu conhecimento a respeito das interações medicamentosas do fármaco escolhido. Os objetivos específicos são comparar o conhecimento de mulheres universitárias da área de saúde e de outros cursos sobre interações dos anticoncepcionais orais; descrever a importância da orientação farmacêutica sobre possíveis interações

medicamentosas que pode ocorrer e demonstrar a importância do conhecimento no uso correto dos anticoncepcionais orais.

Avalia-se a possibilidade de que as interações relacionadas ao uso de contraceptivos orais sejam pouco conhecidas pelas usuárias desses medicamentos, observando que muitas não são devidamente informadas sobre as possíveis interações que podem ocorrer. Os problemas podem derivar principalmente da falta de informação, que muitas vezes não é passada pelo médico, pelo balconista da farmácia ou pelo próprio farmacêutico, mas inclusive por culpa da própria paciente que não busca essa informação, fazendo o uso do contraceptivo oral sem consultar um profissional adequado.

2. A prática da automedicação: aspectos gerais

A discussão a respeito da automedicação carece de uma abordagem ampla, a princípio observando aspectos gerais sobre essa prática para, em seguida, buscar-se a motivação para sua ocorrência em casos específicos. Observa-se, conforme Gama e Secoli (2017), que a automedicação ocorre predominantemente motivada pelo desconhecimento de seus riscos, sendo que pesquisa feita pelos autores aponta que antiinflamatórios não esteróides e antibióticos foram os principais grupos farmacológicos consumidos.

Segundo Scuri et al. (2019), nos anos recentes a automedicação tem sido um problema crescente de saúde pública. Apenas 48% das pessoas em todo o mundo usam medicamentos prescritos, enquanto o restante admite que se automedica adquirindo medicamentos sem receita ou por meio de sobras de produtos prescritos. Além disso, o risco de resistência a antibióticos, em todo o mundo, dobrou, devido ao recurso a esses medicamentos quando não são necessários, ou ao não cumprimento de suas instruções de uso.

Observa-se que no Brasil, segundo a Organização Mundial da Saúde, 29% dos óbitos se relacionam à intoxicação por medicamentos, indicando que as iniciativas voltadas à conscientização sobre o uso racional de medicamentos não surtiram efeito (FERREIRA et al., 2018; ABRAHÃO; GODOY; HALPERN, 2013).

Pesquisa realizada por Gama e Secoli (2017) junto a estudantes de enfermagem constatou o uso irracional de medicamentos por esse grupo, sendo ressalvado, no entanto, que a escassez de tempo para que seja feita uma consulta ao médico é um dos principais motivos da busca pela automedicação entre os estudantes brasileiros. Destaca-se também que os acadêmicos da área de saúde, além do dispêndio de tempo para as atividades do curso, geralmente possuem atividades profissionais que limitam ainda mais o acesso aos serviços de saúde.

Nesse sentido, Andrade e Pinto (2008) consideram que a dificuldade de acesso e acolhimento aos serviços de saúde é recorrente no Brasil e tem como resultado a busca pela automedicação, muitas vezes fundamentada no senso comum. Destaca-se que a propaganda apelativa, o uso de prescrições antigas e a simbolização da saúde por meio do medicamento podem ser consideradas formas de fomento à automedicação.

Numa abordagem voltada à explicação para a motivação para que não se aguarde a prescrição médica, considera-se que na sociedade contemporânea não predomina a cultura da espera, o que faz com que a busca pela cura seja imediata, ainda que o alívio dos sintomas seja temporário. Desse modo, o uso de medicamentos indicados por pessoas muitas vezes sem qualquer qualificação nesse sentido atua desconsiderando os possíveis efeitos adversos da prática, podendo ter consequências desastrosas (BÁRTA; OLIVEIRA, 2010).

Tognoli et al. (2019) pesquisaram sobre a automedicação entre acadêmicos de medicina em São Paulo, observando que esta foi a opção de 96,56% dos entrevistados, observando que a pesquisa indicou que a prática se direciona principalmente ao uso de analgésicos e de antiinflamatórios.

Segundo Karimy et al. (2019), a automedicação é uma preocupação de saúde pública por ser passível de trazer diversos problemas, como aumento na resistência a medicamentos, aumento no uso de drogas *per capita* e criação de efeitos colaterais. Estudo realizado para determinar preditores de automedicação entre as mulheres iranianas indicou uma alta prevalência, justificada pelo fato de que os medicamentos foram percebidos como inofensivos (41%), porque a usuária já possuía histórico de doença (35,5%) e motivada pela disponibilidade de

medicamentos em casa (34%). Observou-se que as doenças mais frequentes para automedicação foram fadiga, fraqueza e ansiedade (24%) e febre (20%).

Abrahão, Godoy e Halpern (2013) identificaram que com relação aos grupos farmacológicos predominantemente utilizados, os antihistamínicos e as medicações para tratamento de doenças do aparelho respiratório apresentaram-se como mais utilizados, seguidos pelos antibióticos, antifúngicos e antissépticos.

Mensah et al. (2019) constataram que um dos principais motivos de automedicação é a influência de familiares e amigos. Observam que os antibióticos (32,1%) e analgésicos (21,0%) são os medicamentos automedicados mais comuns. Pouco mais de um terço dos entrevistados indicou que não ocorreu qualquer mudança em sua condição a partir da automedicação e 81,7% do público não tinha conhecimento sobre as reações adversas possíveis do medicamento.

Ateshim et al. (2019) afirmam que o desenvolvimento da resistência a medicamentos causada pela automedicação com antibióticos representa uma das crescentes ameaças globais. A automedicação é definida como a seleção e o uso de medicamentos por indivíduos para tratar doenças ou sintomas auto-reconhecidos. Os autores observaram que embora a maioria dos entrevistados considere a automedicação com antibióticos uma prática inadequada, cerca de metade deles a praticava de qualquer maneira.

Torres et al. (2019) afirmam que a automedicação com antibióticos é uma prática de preocupação global com maior incidência nos países de baixa e média renda. Apesar dos esforços mundiais para controlar e promover o uso racional de antibióticos, a prática contínua da automedicação com antibióticos expõe sistematicamente indivíduos e comunidades ao risco de resistência a antibióticos e a uma série de outros efeitos colaterais dos antibióticos.

A segurança de medicamentos comercializados para gestantes foi pesquisada por Stanley et al. (2019), que concluíram que aproximadamente 90% desse público utiliza medicamentos nesse período, incluindo medicamentos de venda livre e de prescrição. Alguns medicamentos podem representar uma ameaça para a mulher grávida e para o feto, considerando 10% de todos os defeitos

congênitos diretamente relacionados aos medicamentos tomados durante a gravidez.

Muitos medicamentos indicam expressamente a segurança para uso durante a gravidez, mas a pesquisa se caracteriza como sendo limitada devido a preocupações éticas de expor o feto a riscos potenciais. Muitas das informações coletadas sobre segurança na gravidez são coletadas de registros, estudos de caso e relatórios, estudos em animais e gerenciamento de resultados de mulheres grávidas. As categorias comuns de medicamentos de fácil acesso incluem medicamentos antipiréticos, analgésicos, antiinflamatórios não esteróides, tópicos nasais, anti-histamínicos, descongestionantes, expectorantes, antiácidos, antidiarréicos e medicamentos dermatológicos tópicos (STANLEY et al., 2019).

Akram et al. (2019) pesquisaram a automedicação entre populações rural e urbana, concluindo que a prevalência é muito alta em ambos os espaços, predominantemente com o uso de analgésicos, antibacterianos e antipiréticos.

Abrahão, Godoy e Halpern (2013) consideram que as pressões sociais às quais estão submetidos os prescritores, bem como o marketing farmacêutico e a estrutura do sistema de saúde são citados como fatores envolvidos na problemática da automedicação.

Cuevas et al. (2019) estudaram a automedicação no contexto dos trabalhadores que atuam em uma indústria farmacêutica. As autoras consideram que a automedicação é uma prática arriscada cujas consequências incluem mascarar a doença, o aparecimento de reações adversas, interações medicamentosas, o aumento da resistência a certos tipos de drogas e dependência de drogas. Os medicamentos foram consumidos por 97% dos funcionários, sendo que 53% são automedicação para pequenas patologias e 90,3% o fizeram conforme necessário.

Os funcionários usaram mistura de analgésicos e anti-inflamatórios e considerando os motivos mais frequentes, 58% disseram não ter hora de ir ao médico e 42% foi um membro da família ou amigo que sugeriu o medicamento consumir. Dos que se automedicaram, 74% consideraram que a publicidade não é importante para escolher um medicamento, 81% utilizaram as informações no

folheto informativo. Verificou-se que 48% não receberam informações sobre o medicamento na farmácia e 93% consideraram que a automedicação é perigosa (CUEVAS et al., 2019).

Scuri et al. (2019) realizaram uma pesquisa com estudantes de farmácia na Itália, Espanha, República Tcheca e Romênia para obter informações anônimas sobre o uso de medicamentos, concluindo que em relação ao uso de medicamentos, estudantes na Espanha e na Romênia indicaram os maiores percentuais de uso.

Na Itália e na Romênia, o farmacêutico raramente é consultado, enquanto os conselhos de familiares ou amigos são mais frequentemente solicitados. Nos países pesquisados o problema de tomar antibióticos sem receita médica é significativo e 50% dos estudantes romenos usam antibióticos para tratar a gripe. Outro resultado importante é que, na Espanha, 38,4% dos entrevistados admitiram usar medicamentos com álcool (SCURI et al., 2019).

Orellana et al.(2019) estudaram a incidência de automedicação entre estudantes do Chile, considerando a prática como um problema grave de saúde e que se mostra recorrente nas moradias universitárias. Identificou-se que 81,2%. Os principais motivos referem-se a não considerar necessário consultar um médico (46%), mas quando os sintomas persistem, 56% procuram um médico. A aquisição de medicamentos ocorre principalmente em farmácias (63%) e as fontes de promoção do comportamento são lideradas por familiares (51%) e amigos (47,6%).

Os sintomas mais frequentes que causaram a automedicação foram dor de cabeça, gripe e inflamações, preferencialmente tratados pelo grupo de anti-inflamatórios não esteroidais. 80% consideram que a automedicação é uma prática arriscada, 64% recomendaram alguns medicamentos e 46% possuem um estoque deles em seu local de residência (ORELLANA et al., 2019). Especificamente abordando a automedicação com anticoncepcionais, observam-se os riscos inerentes a essa prática.

3. A automedicação com anticoncepcionais

3.1. Os anticoncepcionais orais: conceitos e riscos

Os contraceptivos hormonais orais são utilizados por milhões de mulheres no mundo todo e consistem em uma das mais eficazes formas de contraceptivos reversível. Sendo também utilizadas na regularização do ciclo menstrual, no tratamento da síndrome dos ovários policísticos, sangramentos intermenstruais, anemia ferro priva, entre outras patologias, sendo utilização principal a contracepção. Existem dois tipos principais de contraceptivos orais: A pílula combinada (Combinações de um estrógeno com progesterona) e a pílula apenas com progesterona (somente progesterona).

Minipílulas ou pílula simples incluem noresterona, levonogestrel ou etinodiol como fármacos usados nas pílulas só com progesterona. Tomada sem interrupção seu mecanismo de ação ocorre inicialmente sobre o muco cervical, que se torna inviável para o esperma. (RANG; DALE; RITTER, 2001).

Alguns efeitos colaterais são observados com uso da minipílula, como ganho de peso, cefaleia, náuseas e vômitos, são mais comuns durante os três primeiros meses. Diminuição da secreção vaginal, câimbras, alopecia, fadiga e depressão são sintomas e sinas que podem ocorrer e deve ser analisado cuidadosamente. (RANIERI; SILVA, 2011).

Já as pílulas combinadas são um método de contracepção muito eficaz e, quando administrado corretamente, o risco de fecundação é mínimo. A taxa de gravidez é estimada em cerca de 0,5% a 1,0% por 100 mulheres/ano de risco. Para uso típico, situa-se ao redor de 5%, estando as falhas quase sempre associadas, portanto, ao uso inadequado do medicamento (COSTA JUNIOR et al., 2008).

Seu mecanismo de ação o estrógeno inibe secreção de FSH, via realimentação negativa na adeno-hipófise, suprimindo desenvolvimento do ciclo ovariano. Previne a ovulação e estimula a produção de muco por inibição da progesterona a secreção de LH. E o estrógeno e progesterona atuam alterando o endométrio a fim de evitar a implantação. Tem como efeitos adversos comuns ganho de peso, retenção de fluido, pouca náuseas, tontura, depressão, irritabilidade, mudança na pele dentre outras (RANG; DALE; RITTER, 2001).

Como todo medicamento, os contraceptivos orais apresentam efeitos colaterais e dentre os mais graves está o tromboembolismo. Diante dessa possibilidade, os níveis de concentração, especialmente do hormônio estrogênio foram reduzidos, de tal forma que a concentração presente no medicamento é mínima, para que possa se obter o efeito esperado. Ainda que haja qualquer interação medicamentosa considerável, há uma variação significativa nas concentrações plasmáticas de hormônio ativo entre as mulheres, sendo esperado que as mulheres que possuam níveis menores de estrogênio, sejam mais suscetíveis a sofrerem alterações com outras drogas (ELIOT, SCOTT, 2002 apud SILVA; ROCHA, 2016).

Observa-se que o consumo de álcool agudo ou eventual pode gerar uma inibição na produção das enzimas hepáticas observando um aumento na biotransformação metabólica e na concentração de alguns fármacos, prolongando a atividade farmacológica tanto como uma maior incidência de efeitos adversos (OLIVEIRA; SOARES; BENASSI JR., 2009).

Tem sido bastante estudado o risco de desenvolver doenças cardiovasculares sobre o efeito dos hormônios sexuais femininos, visto que é estabelecido na literatura que esses hormônios apresentam ação direta com relação aos vasos sanguíneos pela presença de grande número de receptores (BRITO, NOBRE, VIEIRA, 2011).

As principais adversidades do uso de contraceptivos orais são a trombofilia, o acidente vascular encefálico, o infarto agudo do miocárdio e a hipertensão arterial sistêmica. (SIEGERINK, 2010).

A trobofilia, a hipertensão e os danos nos vasos arteriais podem resultar em danos nos vasos coronários, acelerando a doença arterial coronariana. As questões de se utilizar anticoncepcionais orais juntamente com cigarros, hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e dislipidemias é que a combinação de no mínimo três desses elementos já é suficiente para aumentar o risco de desenvolver infarto agudo do miocárdio em 128 vezes. Visto que, os estrógenos também possuem a capacidade de acrescer o tônus da musculatura lisa das artérias coronárias sendo

capaz ocasionar isquemia miocárdica por espasmo das artérias coronárias (CASTELLI, 1999).

3.2. A realidade da prática da automedicação com contraceptivos orais

A pesquisa nas principais plataformas de artigos científicos sobre a automedicação especificamente relacionada ao uso de contraceptivos orais indicou a escassez de trabalhos, mas podem ser identificados estudos como o de Ferreira et al. (2018), que afirmam que a pílula anticoncepcional pode trazer vários riscos, como tromboses e complicações cardiovasculares, sendo por isso desaconselhada a automedicação nesse sentido.

Segundo Corrêa et al. (2017), 60% das mulheres em idade reprodutiva no utilizam algum método contraceptivo, sendo que essa prevalência chega a aproximadamente 70,0% no Brasil. Nesse aspecto, os anticoncepcionais orais e a esterilização feminina são os métodos predominantes. Outro ponto importante indicado pelos autores se refere ao fato de que as mulheres acima de 35 anos integram o potencial grupo de vigilância inerente ao uso contraindicado de anticoncepcionais orais.

Outro ponto que pode ser compreendido no conjunto dos danos oriundos da automedicação com anticoncepcionais orais se refere à falta de conhecimento de parte das mulheres acerca do início correto do uso da cartela de baixa dose, bem como sobre a regularidade quanto ao horário das tomadas da pílula e no que diz respeito às condutas a serem adotadas nas situações de esquecimento de uma ou mais pílulas (AMÉRICO et al., 2013).

Ribeiro et al.(2018) identificaram que no Brasil em 2015, 79% das mulheres utilizavam algum método contraceptivo como modo de planejamento familiar, demonstrando um índice 28% superior ao apresentado em 1970. Os contraceptivos consistem na combinação entre um estrogênio e um progestagênio ou apresentações simples de progestagênio isolado, sendo possível sua administração por diferentes vias e serem encontrados em diversas formulações, que são as diferentes concentrações de hormônios.

Corrêa et al. (2017) afirmam que um modo de aquisição ou mesmo o de iniciar o uso de anticoncepcionais orais no Brasil é por meio de consulta com profissional de saúde nos serviços de saúde. Os autores afirmam que a outra forma é a compra do anticoncepcional na farmácia, sem prescrição médica. Os resultados do estudo indicaram que aproximadamente 12% da utilização de contraceptivos orais ocorre com a identificação de contraindicações entre as mulheres brasileiras em idade reprodutiva.

Américo et al. (2013) consideram que o uso incorreto do anticoncepcionais orais se relaciona diretamente ao aumento das taxas de falha do método, devendo-se considerar também o aumento dos efeitos colaterais que é um motivo importante para que ocorra a descontinuidade do uso.

Grossman et al. (2011) afirmam que mesmo diante dos vários benefícios que os contraceptivos orais podem oferecer, como regularização do ciclo menstrual e a prevenção de alguns tipos de câncer, o uso dos mesmos na presença de determinadas situações, como a hipertensão arterial, pode potencializar o risco de infarto agudo do miocárdio, acidente vascular encefálico e outros eventos adversos em mulheres.

Ferreira et al. (2018) afirmam que o uso de medicamentos de forma incorreta pode acarretar no agravamento de uma doença, considerando que este pode ocultar determinados sintomas. Tratando-se da pílula anticoncepcional, a utilização indiscriminada pode ter como resultado o aumento de diversos riscos como tromboses e complicações cardiovasculares.

O risco de acidente vascular encefálico e de infarto agudo do miocárdio em usuárias de anticoncepcionais pertencente a perfis determinados soma-se aos possíveis agravos oriundos da automedicação com esses produtos. As potenciais contraindicações foram comprovadas em aproximadamente 21,0% das mulheres pesquisadas, que apresentaram ao menos uma potencial contraindicação, sendo 11,7% em usuárias e 23,5% no grupo de não usuárias (CORRÊA et al., 2017). Os autores concluíram também que até a elaboração da pesquisa não existiam estudos similares se considerada a representatividade da amostra populacional (n=20.454), o que confirma a afirmação sobre a escassez da abordagem do tema.

Os estudos de Souza et al. (2006) mostram resultados ainda mais alarmantes quanto ao uso de anticoncepcional sem prescrição, indicando que um terço das usuárias da forma oral desse medicamento o faziam sem qualquer tipo de orientação médica, destacando que praticamente a metade desse público apresentava contraindicações ao uso.

Galato, Madalena e Pereira (2012) pesquisaram sobre a prática da automedicação e outras questões relacionadas ao manejo da saúde junto a 342 universitários das diferentes áreas de formação, sendo 81 da área da saúde. Entre os resultados, foi identificado que um percentual de 23,6% das mulheres que responderam à pesquisa (n=161) utiliza o anticoncepcional sem prescrição médica. Destaca-se que 23,7% das pessoas entrevistadas eram da área da saúde e, quando comparadas às demais em relação às influências relatadas para a prática da automedicação, houve uma associação de importante consideração

Bárta e Oliveira (2010) realizaram uma pesquisa no sentido de identificar possíveis interações medicamentosas e descrever o perfil dos funcionários portadores de enxaqueca de uma Instituição de Ensino Superior, considerando a prática de automedicação. Foi aplicado um questionário padronizado com perguntas acerca da patologia, por meio do qual foi possível constatar que 93,75% voluntários praticavam automedicação,observando também que todos faziam uso de analgésicos e associações de fármacos, verificando-se uma relação entre a patologia e a automedicação.

Silva, Goulart e Lazarini (2014) constataram, por meio de pesquisa entre estudantes ingressantes e concluintes do curso de Graduação em Enfermagem, que a automedicação é uma prática frequente entre os estudantes do curso de Enfermagem, bem como em universitários de outros cursos e de outras instituições de ensino superior, observando também que esta prática está presente em outros segmentos da população. No entanto, a amostra (n=73) não fez menção ao uso de anticoncepcionais, mas de analgésicos, antitérmicos, antiinflamatórios, antialérgicos e antibióticos.

A não referência específica aos anticoncepcionais no tocante à automedicação foi apresentada também por Aquino, Barros e Silva (2010), que

pesquisaram uma amostra composta por 223 estudantes da área de saúde. Os autores afirmam a dificuldade de esperar que os estudantes, principalmente dos cursos de medicina e farmácia, orientem seus pacientes a respeito do uso correto dos medicamentos, observando que eles próprios demonstram não ter consciência dos riscos inerentes à automedicação. Maioria dos medicamentos utilizados foi de analgésicos, seguidos de vitaminas, antirreumáticos, antibióticos, antivirais, antimicóticos e preparações para tosse e resfriado, além de antiasmáticos, antidepressivos, anticonvusivantes e antiespasmódicos.

Gama e Secoli (2017) também pesquisaram sobre a automedicação por anticoncepcionais entre estudantes de enfermagem, concluindo que a prevalência de automedicação foi de 76,0%, motivada principalmente pela crença de que o estado de saúde não exigia consulta médica (46,6%). Os anticoncepcionais representaram 6% do total de medicamentos consumidos sem prescrição.

Com relação especificamente à utilização da contracepção de emergência por parte das universitárias dos cursos de ciências da saúde existem muito poucas abordagens, mas faz-se importante o conhecimento sobre a utilização da mesma nesses grupos (SILVA et al., 2010).

Lynch, Griffin e Vest (2018) realizaram a avaliação de uma atividade de prescrição contraceptiva simulada para estudantes de farmácia. Os autores consideraram que o papel do farmacêutico estava mudando rapidamente e que um exemplo de mudança foi a aprovação de legislação que permite aos farmacêuticos iniciar independentemente os contraceptivos hormonais autoadministrados em vários estados. Eles indicam não haver evidências de que esse tópico específico seja coberto nos currículos das escolas de farmácia e muitos estados estão exigindo treinamento de pós-graduação adicional. Os alunos relataram satisfação geral com a atividade, concordando que a atividade era realista e os fez sentir que estavam preparados para prescrever contraceptivos.

Steckert, Nunes e Alano (2016) realizaram um estudo buscando identificar o uso de contraceptivos orais por estudantes de ensino superior de diversas áreas. Foram entrevistadas 197 mulheres e destas 76,65% faziam uso de contraceptivos orais e 94,04% faziam uso do método combinado. Do grupo, 74,83% fazem uso de

álcool, sendo que a maioria afirma que o consumo não é frequente, mas que quando ocorre, 83,84% ultrapassa o limite. Em 21,32% foi identificado algum de fator de risco, sendo mais comum a enxaqueca, observando também que 15,17% apresentaram IMC elevado, tendo sido identificados alguns casos de utilização de medicamento com risco de interação.

No contexto da discussão sobre os riscos da automedicação e do uso de contraceptivos sem orientação profissional, destaca-se a importância da atenção farmacêutica às usuárias desses medicamentos. Brandão (2017) afirma que os farmacêuticos podem ser um diferencial quanto ao acolhimento e orientação necessários, voltando-se ao esclarecimento de dúvidas quanto ao uso de contraceptivos.

Santos (2012) destaca a importância de que a dispensação de anticoncepcionais seja acompanhada pela orientação sobre os riscos quanto às interações e outras possibilidades, considerando que na ausência de um farmacêutico todo o processo pode ser comprometido.

Pacheco et al. (2011), afirmam a importância do farmacêutico principalmente no contraceptivo oral de uso inicial, observando que os profissionais devem ter atenção quanto à classe de anticoncepcionais de terceira geração, que contêm desogestrel ou gestodeno, verificando que estes são conhecidos como associados aos casos de trombose, em proporção até duas vezes superior aos medicamentos que têm o levonorgestrel como hormônio.

4. Considerações Finais

Por meio do presente trabalho observou-se que a automedicação, principalmente por influência de familiares e amigos, representa um problema no âmbito da saúde pública, sendo causa de muitos óbitos em todo o mundo, além do elevado número de intoxicações. A automedicação ocorre em todos os públicos, inclusive entre estudantes da área da saúde. Essa automedicação ocorre também com relação ao uso de anticoncepcionais orais.

Constatou-se que os anticoncepcionais orais são amplamente utilizados no

Brasil em diferentes faixas etárias, sendo possível constatar também os riscos de diferentes níveis inerentes ao consumo desses medicamentos sem a devida atenção e orientação. As interações com outros medicamentos e o uso concomitante com o álcool e o cigarro também foram citados como prejudiciais.

Especificamente no Brasil, observou-se também o elevado consumo de anticoncepcionais orais, destacando-se os elevados percentuais de usuárias que fazem essa utilização sem prescrição médica, conforme verificado nas diversas pesquisas.

Constata-se a importância de que sejam realizadas campanhas de conscientização junto aos públicos de todos os níveis de escolarização, inclusive entre as acadêmicas da saúde e de outras áreas, a respeito da importância da orientação profissional para o uso dos anticoncepcionais, podendo-se, inclusive, considerar a imprescindibilidade do papel do farmacêutico tanto na orientação cotidiana sobre a utilização desses medicamentos quanto no aspecto das interações passíveis de ocorrência.

Sugere-se a realização de trabalhos com abordagens diversas a respeito do tema, junto a diferentes tipos de público, compreendendo a importância social e, por conseguinte, acadêmica do assunto, destacando-se, inclusive, a necessidade de que o mesmo seja mais explorado pela pesquisa, proporcionalmente à sua relevância.

Referências

ABRAHAO, Rafaela Carvalho; GODOY, Julia Almeida; HALPERN, Ricardo. Automedicação e comportamento entre adolescentes em uma cidade do Rio Grande do Sul. **Aletheia**, Canoas, n. 41, p. 134-153, ago. 2013.

AQUINO, Daniela Silva de; BARROS, José Augusto Cabral de; SILVA, Maria Dolores Paes da. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2533-2538, ago. 2010.

AKRAM, Ayesha et al. Self-Medication Phenomenon; A Population Based Study from Lahore. **J Pak Med Assoc**., v. 69, n. 4, p. 523-526, 2019.

AMÉRICO, Camila F. et al. Conhecimento de usuárias de anticoncepcional oral combinado de baixa dose sobre o método. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, jul.-ago. 2013; v. 21, n. 4.

ANDRADE, A. R.; PINTO, L. B. Fatores socioculturais associados à prática da automedicação em uma cidade do interior do estado de Mato Grosso, Brasil. **Rev Enferm. UFPE On Line**, 2008, v. 2, n. 2, p. 121-9.

ATESHIM, Yonatan et al. Prevalence of self-medication with antibiotics and associated factors in the community of Asmara, Eritrea: a descriptive cross sectional survey. **BMC Public Health**; v. 19, n. 1, p. 726, 2019.

BÁRTA, R. L.; OLIVEIRA, K. R. A prática da automedicação por funcionários de uma Instituição de Ensino Superior portadores de enxaqueca. **Rev Ciênc Farm. Básica Apl**., 2010, v. 31, n. 2, p. 183-191.

BRANDÃO, E. R. O atendimento farmacêutico às consumidoras da contracepção de emergência. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 26, n. 4, p.1122-1135, 2017.

BRITO, M. B.; NOBRE, F.; VIEIRA, C. S. Contracepção Hormonal e Sistema Cardiovascular. **Arq Bras Cardiol**. 2010; v. 96, n. 4.

CASTELLI, W. P. Cardiovascular disease: pathogenesis, epidemiology, and risk among users of oral contraceptives who smoke. **American journal of obstetrics and gynecology**, St. Louis, v. 180, n. 6Pt 2, p. S349-S356, Jun. 1999.

CORRÊA, Daniele A. S. et al. Fatores associados ao uso contraindicado de contraceptivos orais no Brasil. **Rev Saúde Pública**, 2017, v. 51, n. 1.

COSTA JUNIOR, S. et al. Planejamento Familiar em Três Poços, Volta Redonda, Estado do
Rio de Janeiro, Brasil, **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, ano 3, Edição Especial, maio, 2008
CUEVAS, Raquel et al. Perfil de automedicación en funcionarios de una industria farmacêutica. **Mem. Inst. Invest. Cienc. Salud** (Impr.), v. 17, n. 1, p. 99-112, abr. 2019.

FERREIRA, Isabele A. A. et al. Anticoncepcionais: perigos e consequências da automedicação. **Rev. Trab. Acad. Universo Recife**, v. 5, n. 1, 2018.

GALATO, Dayani; MADALENA, Jaqueline; PEREIRA, Greicy Borges. Automedicação em estudantes universitários: a influência da área de formação. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 3323-3330, dez. 2012.

GAMA, Abel Santiago Muri; SECOLI, Silvia Regina. Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas – Brasil. **Rev. Gaúcha Enferm**., Porto Alegre, v. 38, n. 1, e65111, 2017.

GROSSMAN, D. et al. Contraindications to combined oral contraceptives among over-the-counter compared with prescription users. **Obstet Gynecol**. 2011, v. 117, p. 3, p. 558-65.

KARIMY, Mahmood et al. Risk factors associated with self-medication among women in Iran. **BMC Public Health**, v. 19, n. 1033, 2019.

LYNCH, Sarah E; GRIFFIN, Brooke L; VEST, Kathleen M. Assessment of a simulated contraceptive prescribing activity for pharmacy students. **Curr Pharm Teach Learn**; v. 10, n. 2, p. 178-184, fev. 2018.

MARCELINO E. H. P. A anticoncepção como instrumento do planejamento familiar e da saúde, **Scientia Medica**, Porto Alegre: PUCRS, v. 16, n. 4, p. 169 out./dez.2006.

MENSAH, Barbara Nyantakyiwah et al. Self-medication practice in Akuse, a rural setting in Ghana. **Niger Postgrad Med J**; v. 26, n. 3, p. 189-194, 2019.

OLIVEIRA, D. A. G.; SOARES, V. C. G.; BENASSI JÚNIOR, M. O consumo de bebidas alcóolicas entre estudantes universitárias e o conhecimento dos riscos entre seu uso combinado com contraceptivos orais. **Rev Inst Ciênc Saúde**. 2009;27(4):366-73

OLSEN, Julia Maria et al. Práticas contraceptivas de mulheres jovens: inquérito domiciliar no Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2018, v. 34, n. 2, e00019617.

ORELLANA, Valeria A. et al. Automedicación en estudiantes de una residencia universitaria en Chillán, Chile. **Rev. Cubana salud pública**, v. 45, n. 1, jan.-mar., 2019.

PACHECO, Amália et al. Consenso sobre contracepção. **Soc Port Ginecol**. 2011;5–58.

RANG, H. P.; DALE, M.M.; RITTER, J.M. **Farmacologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001

RANIERI, C. M.; SILVA, R. F. **Atenção Farmacêutica no Uso de Métodos Contraceptivos**. Monografia (Especialização) do Centro Universitário Filadélfia, Londrina, 2011.

RIBEIRO, Cristiane Crisp Martins et al . Efeitos dos diferentes anticoncepcionais hormonais nos valores de pressão arterial da mulher. **Rev. Bras. Enferm**., Brasília, v. 71, supl. 3, p. 1453-1459, 2018.

SANTOS, Valter Garcia. A importância da orientação farmacêutica às pacientes que fazem uso concomitante de anticoncepcional e antibiótico da classe das quinolonas. **Revista Ceciliana**, Jun 4(1): 86-89, 2012.

SCHOR, N. et al. Mulher e anticoncepção: conhecimento e uso de métodos anticoncepcionais. **Cad Saúde Pública**, 2000; 16:377-84.

SCURI, Stefania et al. European university students of pharmacy: survey on the use of pharmaceutical drugs. **Acta Biomed.**, v. 90, n. 1, p. 83-91, 2019.

SIEGERINK, B et al. Intrinsic Coagulation Activation and the Risk of Arterial Thrombosis in Young Women. **Circulation**, Dalas, v. 122, n. 18, p. 1854-1861, Nov. 2010.

SILVA, Flávio M.; GOULART, Flávia C.; LAZARINI, Carlos A. Caracterização da prática de automedicação e fatores associados entre universitários do curso de Enfermagem. **Rev. Eletr. Enf**., 2014, jul/set, v. 16, n. 3, p. 644-51.

SILVA, Luma Meirelles da Silva; ROCHA, Marcia Rocha. Interações medicamentosas dos anticoncepcionais com outros fármacos. **Revista Acadêmica Oswaldo Cruz**. Ano 3, n.9, 2016.

SILVA, F. C. et al. Diferenças regionais de conhecimento, opinião e uso de contraceptivo de emergência entre universitários brasileiros de cursos da área de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p.1821-1831, 2010.

SOUZA, J. M. M. Utilização de métodos contraceptivos entre as usuárias da rede publica de saúde do município de Maringá-PR. **Rev. Bras. Ginecol. Obstetr**. 2006; v. 28, n. 5, p. 285-291.

STANLEY, Angela Y. Safety of Over-the-Counter Medications in Pregnancy. **MCN Am J Matern Child Nurs**; v. 44, n. 4, p. 196-205, 2019.

STECKERT, A. P. P.; NUNES, S. F.; ALANO, G. M. Contraceptivos hormonais orais: utilização e fatores de risco em universitárias. **Arq. Catarin Med**. 2016 jan-mar; v. 45, n. 1: 78-92.

TOGNOLI, Thais do Amaral et al. Automedicação entre acadêmicos de medicina de Fernandópolis - São Paulo. **J. Health Biol. Sci**. (Online) ; v. 7, n. 4, p. 382-386, 2019.

TORRES, N. F. et al. Evidence of factors influencing self-medication with antibiotics in low and middle-income countries: a systematic scoping review. **Public Health**, v. 168, 92-101, mar. 2019.

WENZEL, C.; FRASSON, A. P. Z. Os anticoncepcionais orais e suas interações medicamentosas. **Rev contexto e saúde**. Ano 02, n. 4. p. 95-96, Jan./Jun. 2003.